

1. Introdução

Historicamente, a Baía de Sepetiba foi palco de fatos que contribuíram para a história do Brasil. Nesse sentido, se destaca o século XVIII, quando o ouro era extraído das Minas Gerais para Lisboa, escoado pela entrada da Baía de Sepetiba. Assim, se percebe que a Baía sempre foi potencializada economicamente no que tange a função portuária. Na época do pau-brasil, a Baía não só serviu como saída para a metrópole portuguesa, como também teve seu litoral transformado pela retirada dessa espécie vegetal. No âmbito dessa discussão grandes conflitos foram travados na Baía, devido a questões relacionadas, principalmente a tentativa de contrabando de ouro por piratas, fato que viabilizou o início da construção de várias fortificações ao longo do litoral, como a de São Pedro, São Paulo e São Leopoldo, conhecidas como as Fortalezas de Sepetiba (SOUZA, 1885). As construções das fortificações começaram a transformar o litoral da Baía de Sepetiba, uma vez que tais edificações fizeram surgir povoados que na prática estariam mais seguras próximas às edificações, além da garantia de suprimentos.

O litoral da Baía de Sepetiba apresenta uma pequena área de planície entre a Baía e o maciço, onde a agropecuária foi atividade predominante no século XVI e XVII. Todavia, pela beleza cênica da área, o turismo passou a ser uma importante atividade, com as casas e sítios de veraneios fazendo parte da paisagem. Nesse sentido, as ilhas da Baía começaram a serem ocupadas, como a ilha dos Martins, de Itacuruçá e ilha Grande. Diversos restaurantes e redes de hotéis incrementaram o turismo veraneio na Baía de Sepetiba. Algumas áreas como Pedra de Guaratiba ficou conhecida como pólo gastronômico da cidade do Rio de Janeiro pela culinária de frutos do mar.

No entorno da Baía encontram-se comunidades tradicionais, como os caiçaras e quilombolas. Além disso, é possível constatar um passado pré-histórico de tribos indígenas (tamoios), principalmente pela presença de diversos sambaquis ao longo do litoral. Em Guaratiba, a riqueza arqueológica é tão expressiva que foi fundada a Reserva Biológica e Arqueológica em 1982, pelo decreto estadual 5.415.

Atualmente, a Baía de Sepetiba tem se tornado palco de investimentos para a atração de diversas empresas, em sua maioria siderúrgicas, que estão construindo seus portos particulares, tendo como pioneira a Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA.

Além das atividades portuárias e industriais, a pesca artesanal que é uma das atividades mais antigas exercidas pelo homem, a qual é carregada de simbolismos, também é exercida na Baía de Sepetiba. Desde a antiguidade, essa atividade tem sido essencial para o sustento de diversas famílias no mundo, não sendo diferente na Baía de Sepetiba. Em 2009, a Organização Internacional do Trabalho – OIT estimou que no mundo havia cerca de 43 milhões de pescadores, sendo que no Brasil havia cerca de 1,24 milhão, entretanto a maioria exerce a função na informalidade (PLATANOW, 2009). No Brasil, há diversas modalidades da atividade, como a pesca amadora, a empresarial e a artesanal, que é reconhecida por lei como atividade tradicional.

Na Baía de Sepetiba há cerca de 8070 pescadores artesanais que exercem suas atividades. Atualmente, os pescadores artesanais têm sido empecilhos para a execução de projetos que satisfaçam o modelo desenvolvimentista econômico, chegando a ocorrer conflitos. Para o litoral da Baía de Sepetiba existem projetos de construção de portos para diversas empresas, como o da TKCSA que já se encontra implementado. A construção do porto de 3,8 Km da TKCSA delimitou uma área de exclusão de pesca, não só na fase de construção, mas também atualmente, onde o fluxo de navios aumentou consideravelmente. A relação dos pescadores artesanais da Baía de Sepetiba com a empresa ocorre de diversas formas, pois estes não são grupos homogêneos, interpretando suas realidades de diferentes formas (Mapa 1).



Mapa 1- Panorama da Baía de Sepetiba com locais dos principais agentes dos conflitos.
Fonte: ZBOROWSKI, 2008.

Atualmente, apenas os pescadores artesanais da Associação de Pescadores e Aquicultores de Pedra de Guaratiba – APAPG exercem resistência frente à empresa TKCSA, pois esses mantêm uma posição de não negociar a condição de ser pescador, mantendo uma luta pela identidade (Mapa 1). Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar o processo de luta dos pescadores artesanais da APAPG para resistir aos empreendimentos, como a TKCSA, a fim de manter as suas identidades territoriais, que estão relacionadas à condição de ser pescador.

O interesse pelo processo de luta dos pescadores artesanais para resistir a isso se justifica pela fragilidade dos pescadores artesanais, apesar de serem politizados e articulados, vivem uma dramática desigualdade no que tange ao direito de exercerem suas atividades. Estas desigualdades se tornam concretas pelas imposições de medidas compensatórias, que muitas vezes esses pescadores se vêem obrigados a aceitarem, entretanto, os pescadores da APAPG mesmo se recusando a aceitar sofrem com a desmobilização política, isto é, a maioria das instituições públicas como Instituto Estadual do Ambiente - INEA apóiam as empresas, mesmo indiretamente, quando não ouvem a classe dos pescadores.

Para que o trabalho tivesse um caráter geográfico foi essencial o diálogo com autores que discutem os conceitos de espaço e território, entretanto foi o território o conceito mais discutido pela relevância do objeto da pesquisa que é o processo de luta dos pescadores para exercer sua resistência. Diversos autores como Massey (2008), Santos (1996), Lefebvre (1974), Harvey (1992), Haesbaert (1997, 1999, 2006), Souza (1996, 2000, 2001), Carlos (1996), Rua (2007, 2009), Oslender (2002). Essa etapa permitiu a percepção da vivência da luta dos pescadores artesanais em resistir e manter um modelo de vida.

Para que o trabalho se concretizasse foi realizado entrevistas aos pescadores artesanais e acompanhamento do desfecho da resistência frente aos históricos conflitos existentes, que reafirmam a identidade territorial destes pescadores artesanais. Através de idas à campo foi possível manter diálogos com os pescadores artesanais da APAPG e da Colônia Z- 14 e ter acesso à documentos destas instituições, além de participação de diversos encontros, congressos, barqueata, reuniões com outros atores como ONGs (Políticas Alternativas para o Cone Sul e Fundação Rosa Luxemburgo) e poder público (INEA, IBAMA,

FIOCRUZ, ALERJ), a fim de acompanhar o desfecho dessa luta para manter a resistência.

O trabalho está estruturado em dois capítulos. Após a introdução, no primeiro capítulo, que está organizado em dois itens, o leitor encontra um relato da problemática na Baía de Sepetiba, desde a poluição por metais pesados da falida Companhia Mercantil Ingá até a instalação da TKCSA, com a construção de seu porto e a remobilização desses metais que estavam acomodados no fundo da Baía. Nesse contexto, os pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba (APAPG) começam uma mobilização contra o empreendimento, por sentirem ameaçadas as suas condições de serem pescadores, pois a quantidade e a qualidade do pescado foram reduzidas e comprometido, respectivamente. Além disso, a construção do porto criou uma zona de exclusão de pesca, onde não se exerce mais a atividade pelo aumento do fluxo de navios.

Os pescadores artesanais em Pedra de Guaratiba (APAPG) possuem um histórico de luta e resistência, que deu origem a fundação da Associação, quando conseguiram impedir o projeto da empresa japonesa JICA. Esses pescadores artesanais pela problemática ambiental na Baía de Sepetiba sentem a perda do referencial de vida do pescador, por isso recomeçam os conflitos com o leilão da Companhia Mercantil Ingá e se encontram ameaçados diante dos vetores de investimentos, como o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, que viabilizou a ampliação do Porto de Itaguaí e a construção do arco metropolitano, que são fatores de atração para novos empreendimentos.

Todavia, novos empreendimentos são focos de futuros conflitos, assim como ocorre com a TKCSA, pois existem projetos de novos portos para as empresas. Assim, conflitos que abrangem a dimensão ambiental e cultural, podem também abranger a dimensão jurídico político contra os novos empreendimentos.

No segundo capítulo são apresentados os conflitos que se territorializam em Pedra de Guaratiba, mostrando que há heterogeneidade entre os pescadores artesanais de duas instituições, a APAPG e a Colônia Z- 14. Esses conflitos associados a desterritorialização na Baía de Sepetiba dão origem as multiterritorialidades em Pedra de Guaratiba, que se apresentam justapostas e/ ou

sobrepostas. Contudo, Pedra de Guaratiba não é um espaço absoluto, pois apresenta integrantes desses conflitos, que apóiam a APAPG e outros a Colônia Z- 14, em suas territorialidades. Nas considerações finais são sugeridos novos estudos e aprofundamento de questões tratadas nesta pesquisa, como a contaminação do pescado por metais pesados e novos conflitos que estão surgindo, como o da TKCSA e os moradores de Santa Cruz pela poluição atmosférica. No entanto, a crítica nas considerações finais feitas ao modelo de gestão a partir dos diagnósticos e planejamentos mal elaborados, além da negligência das leis para aprovação dos Estudos de Impactos Ambientais servem como alerta para a redução dos conflitos entre empreendimentos e comunidades tradicionais.